



**MARCIO  
POCHMANN**  
é professor  
licenciado da  
Unicamp e  
presidente do  
Instituto de Pesquisa  
Econômica Aplicada  
(Ipea).

MARCIO POCHEMANN

# Crise e trabalho no Brasil metropolitano



## **RESUMO**

O artigo trata da economia brasileira na recente crise internacional. Os principais efeitos da crise internacional sobre a força de trabalho são analisados nas próximas páginas. Nesse contexto, a economia brasileira apresentou diferentes situações para os trabalhadores.

**Palavras-chave:** trabalho, salário, emprego, pobreza, crises.

## **ABSTRACT**

*Brazilian economy in the recent international crisis is studying in this article. The main effects the international crisis about the main power are showing in the next pages. In this context, Brazilian economy offers different situations for workers.*

**Keywords:** *work, wage, employ, poverty, crisis.*

## APRESENTAÇÃO

O presente estudo trata da contaminação da economia brasileira na recente crise internacional, especialmente no que se refere ao comportamento do mercado de trabalho. Com a recessão instalada por dois trimestres seguidos no interior do setor produtivo, sobretudo industrial, entre outubro de 2008 e março de 2009, o mercado de trabalho terminou registrando importantes evidências de piora para quem depende fundamentalmente de sua força física e mental para sobreviver.

Os efeitos de piora no interior do mercado de trabalho transcorreram, contudo, postergados e, ainda, contidos no tempo. Além de serem muito distintos dos verificados anteriormente em crises econômicas a partir do segundo quartel do século XX.

Tudo isso se encontra tratado a seguir dividido em cinco partes, além desta breve Apresentação e das Considerações Finais. Enquanto a primeira procura recuperar o conjunto de efeitos sociais constatados durante a crise atual, bem como nas crises econômicas anteriores, a segunda trata da trajetória da situação da pobreza no Brasil metropolitano entre 2002 e 2009 como forma de identificar se a recessão alterou sua evolução de contração.

Na terceira parte analisam-se os principais elementos de enfrentamento da recente crise econômica internacional no Brasil,

sobretudo no que diz respeito à base da pirâmide social brasileira, por intermédio das políticas públicas. Na sequência, a quarta parte considera o conjunto dos efeitos da desaceleração e da recuperação econômica sobre o mercado de trabalho nas seis principais regiões metropolitanas do país.

Por fim, considera-se somente o comportamento do mercado de trabalho formal com o objetivo de evidenciar os mais importantes aspectos relacionados ao ajuste induzido pela crise internacional. Destaca-se, ainda, que todas as informações sistematizadas para o presente estudo têm como fonte oficial de dados a Pesquisa de Emprego e Desemprego do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados do Ministério do Trabalho e Emprego.

## INFLEXÕES NO CICLO DE EXPANSÃO ECONÔMICA E CONSEQUÊNCIAS SOCIAIS

No último quartel do século XX, a economia brasileira registrou quatro importantes movimentos de inflexão desaceleradora no nível de produção, com importantes impactos sobre o consumo, o investimento, o emprego e a renda. Nas décadas de 1980 e 1990, o Brasil conviveu com duas importantes e prolongadas recessões econômicas.

Entre 1981 e 1983, por exemplo, houve a crise da dívida externa, enquanto, durante os anos de 1990 e 1992, a queda da produção se deu por conta da adoção de programas voltados ao combate à inflação e da nova inserção externa da economia nacional (abertura comercial, produtiva e financeira). Posteriormente, os anos de 1998 e 1999 e de 2008 e 2009, o Brasil registrou novamente importantes desacelerações econômicas, ambas relacionadas às crises de origem financeira internacional.

Em função disso, os quatro períodos diferentes de tempo foram selecionados

para serem brevemente considerados a seguir, justamente porque as desacelerações econômicas provocaram, em consequência, modificações não desprezíveis no mercado de trabalho. Na crise da dívida externa durante o último governo militar (Figueiredo), por exemplo, o Produto Interno Bruto (PIB) caiu 2,9% entre 1982 e 1983, enquanto, na recessão do governo Collor, o PIB foi reduzido em 4,2% (1990 e 1991).

Na desaceleração econômica do governo Fernando Henrique Cardoso (1998 e 1999), o PIB desacelerou fortemente para somente 0,2%. No governo Lula, a desaceleração econômica também foi forte entre o último trimestre de 2008 e o primeiro trimestre de 2009, com queda acumulada de 3,8%, para depois registrar rápida recuperação.

De acordo com a taxa de desemprego aberto nas seis principais regiões metropolitanas do país nos doze meses seguintes à manifestação da crise econômica para cada um dos períodos de forte desaceleração econômica, notam-se efeitos diferenciados para o conjunto da classe trabalhadora. Para os anos de 1982-83, por exemplo, constata-se que a taxa de desemprego cresceu mais de 50%, enquanto, para os anos de 1989 e

1990, a taxa de desemprego foi multiplicada por mais de duas vezes.

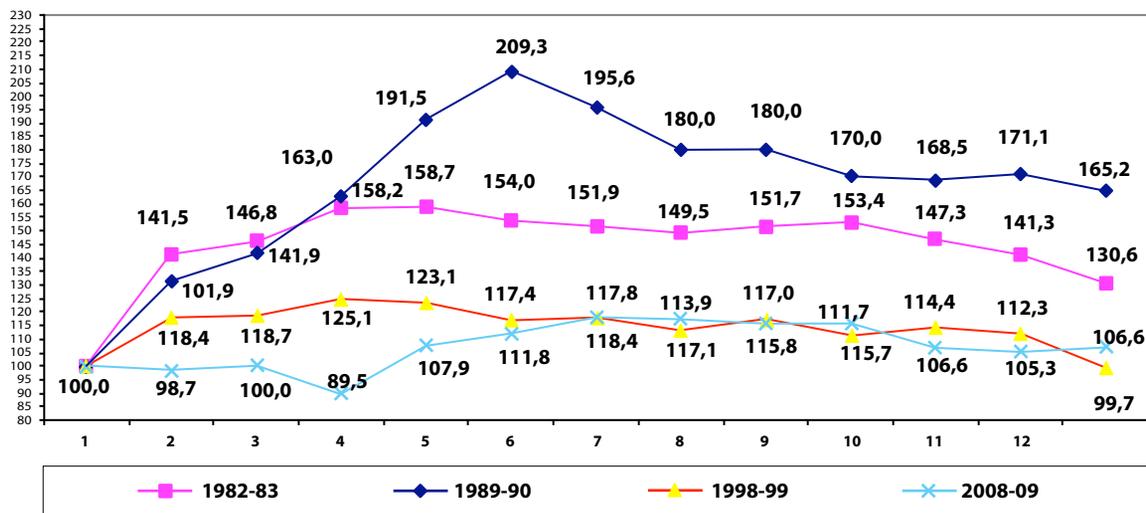
Entre os anos de 1998 e 1999, a desaceleração econômica resultou na ampliação do desemprego, embora abaixo dos períodos anteriores de recessão. Na recente desaceleração econômica, a taxa de desemprego também aumentou, porém quatro meses depois, sem ter apresentado a mesma intensidade, como verificada a partir do décimo mês.

Quando se considera a evolução da taxa de pobreza nas seis principais regiões metropolitanas do país durante os doze meses que se sucederam a cada um dos períodos considerados de alta desaceleração econômica, pode-se observar o impacto do movimento de inflexão da produção sobre a pobreza. Nos anos de 1982-83, por exemplo, constata-se que a taxa de pobreza cresceu rápida e imediatamente.

No segundo período (1989-90), a taxa de pobreza se elevou mais lentamente, sem atingir o mesmo patamar da recessão do início da década de 1980. Já no terceiro período (1998-99), a desaceleração econômica também implicou elevação importante na taxa de pobreza do Brasil metropolitano. Somente no quarto período de tempo sele-

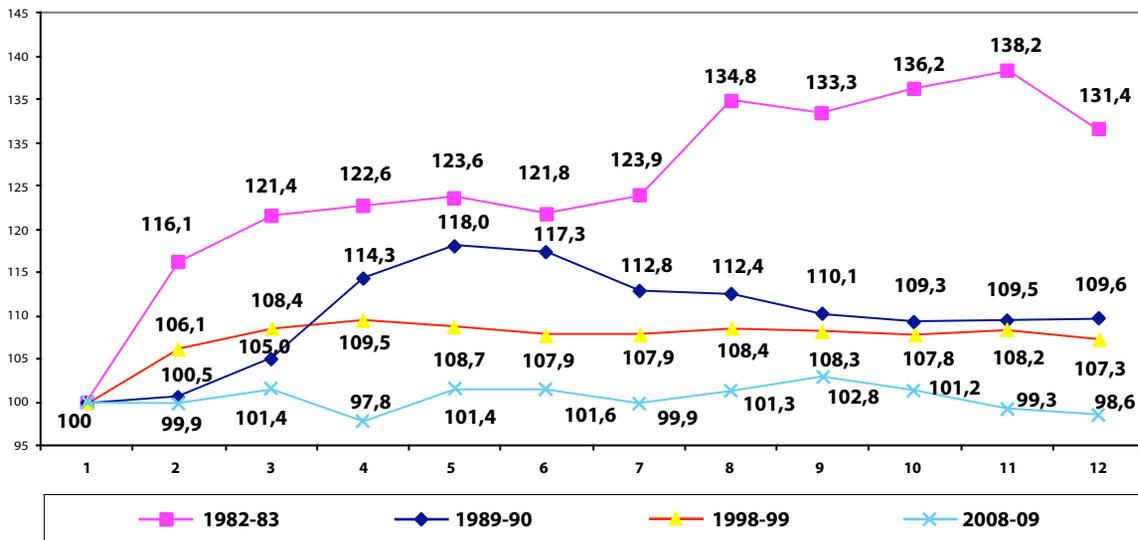
### GRÁFICO 1

**Brasil metropolitano – Índice de evolução da taxa de desemprego em períodos de desaceleração econômica selecionados**



Fonte: IBGE – PME (elaboração Ipea)

**GRÁFICO 2**  
**Brasil metropolitano – Índice de evolução da taxa de pobreza em períodos de desaceleração econômica selecionados**



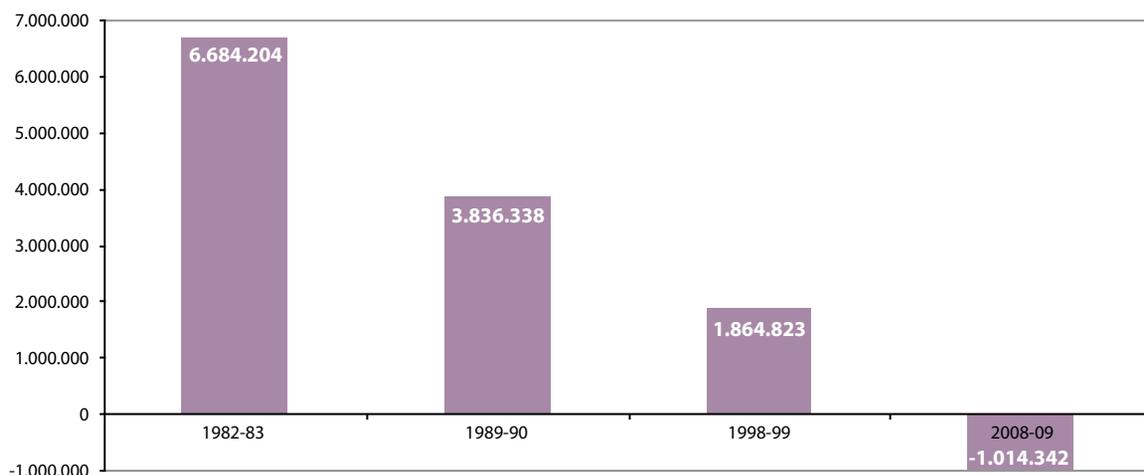
Fonte: IBGE – PME (elaboração Ipea)

cionado (2008-09) de desaceleração econômica não se observou aumento importante na taxa de pobreza, pelo contrário, certa continuidade da queda, salvo no terceiro, oitavo, nono e décimo meses.

Nos primeiros doze meses de manifestação da crise internacional no Brasil

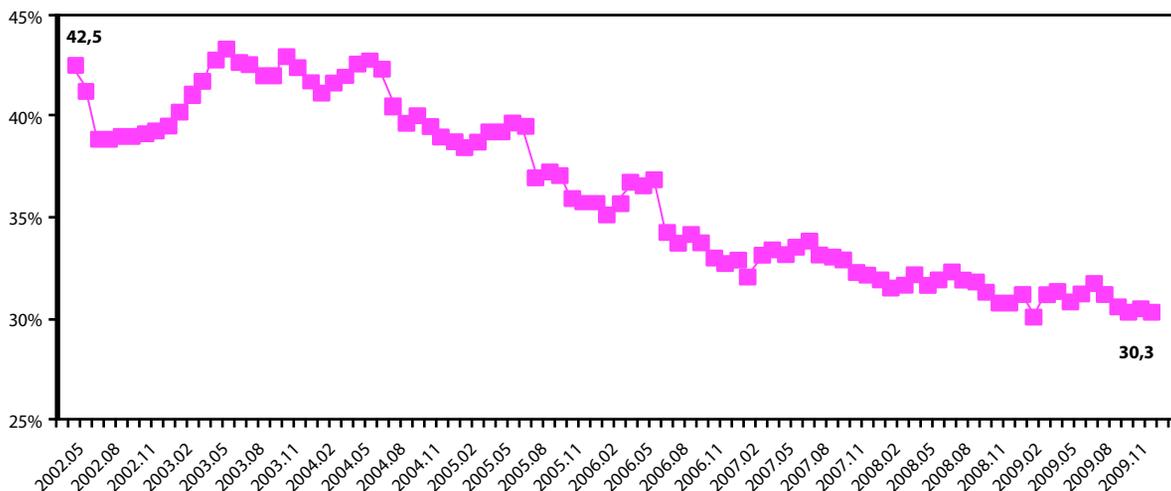
(set./08-ago./09) registra-se a diminuição em mais de 1 milhão de pessoas da condição de pobreza no Brasil metropolitano. No período anterior selecionado de desaceleração econômica (1998-99), a quantidade de pobres aumentou em quase 1,9 milhão de pessoas.

**GRÁFICO 3**  
**Brasil metropolitano – Evolução do número de pobres em períodos de desaceleração econômica selecionados**



Fonte: IBGE (elaboração Ipea)

**GRÁFICO 4**  
**Brasil metropolitano – Evolução da taxa de pobreza no total da população**  
**desde maio de 2002 (%)**



Fonte: IBGE – PME (elaboração Ipea)

Nos períodos recessivos, a pobreza aumentou mais. Entre 1982-83, a quantidade de pobres cresceu em quase 7,7 milhões de pessoas nas seis regiões metropolitanas, enquanto, em 1989-90, o número de pobres cresceu em mais de 3,8 milhões de brasileiros.

## POBREZA RECENTE NO BRASIL METROPOLITANO

O Brasil apresenta tendência de queda da taxa de pobreza nas seis regiões metropolitanas desde abril de 2004. Todavia, entre março de 2002 e abril de 2004, por exemplo, a quantidade de pobres metropolitanos cresceu em 2,1 milhões de pessoas, enquanto, no período de abril de 2004 e outubro de 2009, a quantidade de pobres foi reduzida em mais 4,9 milhões de pessoas.

Em virtude disso, a taxa de pobreza, que era 42,5% do total da população das seis regiões metropolitanas no mês de março de 2002, passou para 42,7% em abril de 2004, com aumento de 0,5%. Para o mês de outubro de 2009, a taxa de pobreza no

Brasil metropolitano foi de 30,3%, o que significou queda de 29% em relação ao mês de abril de 2004.

Com os sinais de internalização da crise internacional no Brasil desde outubro de 2008, observa-se que não houve, até o mês de outubro de 2009, interrupção no movimento de queda da taxa de pobreza nas seis principais regiões metropolitanas do país. A taxa de pobreza de 30,3% de outubro de 2009 foi 1,3% menor que a de outubro de 2008, acusando também redução de 556 mil pessoas da condição de pobreza (queda de 3,1% no número de pobres).

Além da manutenção na tendência de queda na taxa de pobreza, constata-se também que no mês de outubro de 2009 havia 54,5% do total dos desempregados nas seis principais regiões metropolitanas do país na condição de pobres, enquanto em março de 2002 eram quase 63% nessa mesma condição. A queda de 13,1% na taxa de pobreza entre os desempregados pode indicar que a piora no interior do mercado de trabalho provocada pela crise internacional desde outubro de 2008 não atingiu os segmentos de menor rendimento.

Mesmo com a contaminação da economia brasileira pela crise internacional,

não houve significativa modificação no comportamento da taxa de pobreza entre os desempregados. De outubro de 2008 a outubro de 2009, a taxa de pobreza entre os desempregados caiu 1,4%, enquanto o número de desempregados diminuiu 1,8%.

Mesmo com o desemprego manifestando-se mais acentuadamente no interior da população não pobre, percebe-se ainda a existência de diferenças enormes no interior da população. Entre os pobres, por exemplo, a taxa de desemprego nas seis regiões metropolitanas alcançou quase 22% da População Economicamente Ativa, enquanto no interior da população não pobre a taxa de desemprego atinge somente 4,2% da força de trabalho em outubro de 2009.

## BASE DA PIRÂMIDE SOCIAL E POLÍTICA PÚBLICA

Tendo em vista o comportamento distinto da taxa de pobreza no Brasil metropolitano em relação aos outros três períodos anteriores selecionados de desaceleração

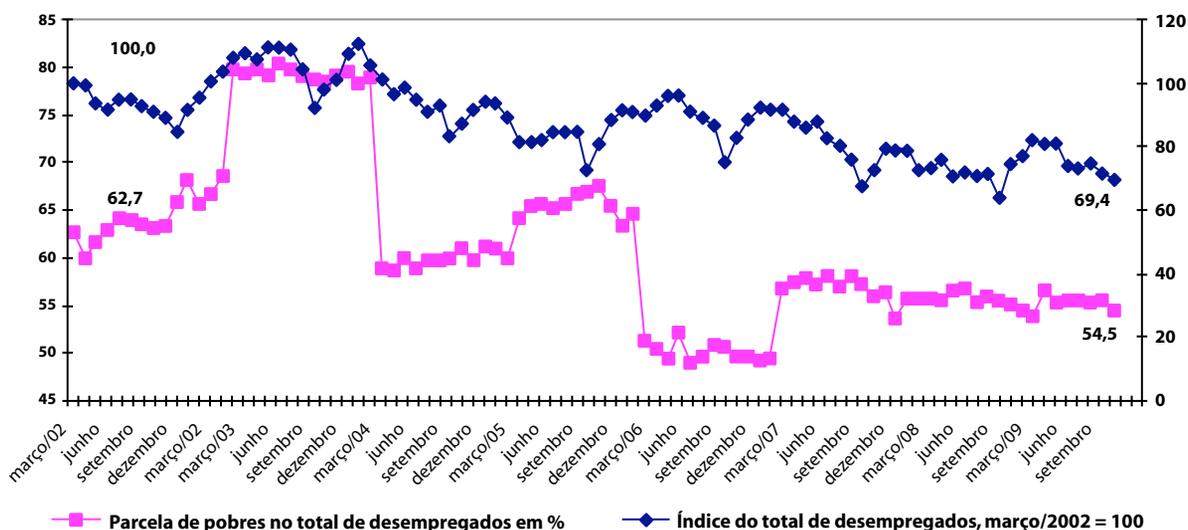
econômica, cabe questionar algumas das razões explicativas. Ainda que se possa considerar que a crise atual ainda não tenha se manifestado plenamente, podendo ocorrer mais tardiamente, observa-se que o país conta com uma rede de atenção pública voltada sobretudo à base da pirâmide social, outrora pouco ou quase nada desenvolvida.

Também se pode mencionar o papel do valor real do salário mínimo em relação à base da pirâmide social, especialmente aos trabalhadores ocupados e aos inativos associados às políticas de garantia de renda. Seus valores encontram-se indexados ao valor do salário mínimo que, no período recente, manteve uma trajetória de elevação real.

Durante os quatro períodos de desaceleração econômica considerados, nota-se que somente no período atual o valor real do salário mínimo conseguiu guardar seu valor real superior (8%). Entre os anos de 1998-99, o salário mínimo perdeu 3,1% do seu poder aquisitivo. Na recessão de 1989-90, o valor real do salário mínimo caiu 33,6%, enquanto, entre 1982-83, a perda no poder de compra do mínimo foi de 8,2%.

GRÁFICO 5

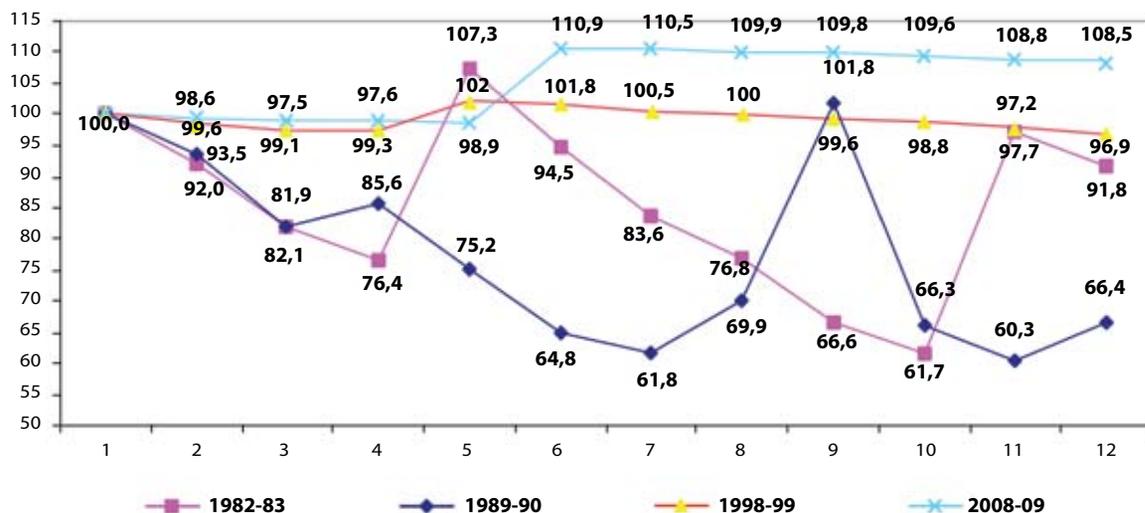
**Brasil metropolitano – Evolução do índice de desempregados (mar./02 = 100) e da parcela de trabalhadores pobres no total dos desempregados (em %) desde 2002**



Fonte: IBGE (elaboração própria)

**GRÁFICO 6**

**Brasil – Índice de evolução do poder de compra do salário mínimo em períodos de desaceleração econômica selecionados**



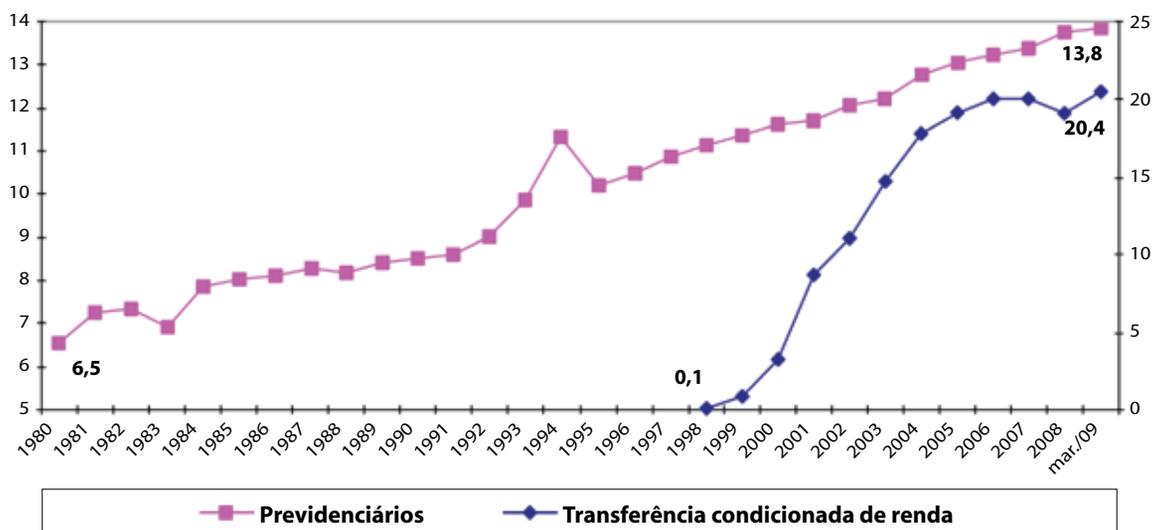
Fonte: MTE e Dieese (elaboração Ipea)

Além da importância do valor do salário mínimo para os trabalhadores ativos no interior do mercado de trabalho, convém destacar a sua relação para os benefícios da previdência e assistência social. Como os benefícios monetários

encontram-se indexados ao valor do mínimo nacional, parcela importante da população inativa também termina sendo beneficiada pelo poder aquisitivo garantido nos períodos de forte desaceleração econômica.

**GRÁFICO 7**

**Brasil – Percentual da população total que recebe benefícios monetários condicionados pela previdência e assistência social**



Fonte: IBGE, MPS e MDS (elaboração Ipea)

A base da pirâmide social brasileira conta atualmente com uma rede de garantia de poder de compra originária nos programas de transferências condicionadas de renda. O programa Bolsa Família destaca-se pelo universo de beneficiados em todo o país. Somadas as parcelas com benefícios previdenciários e assistenciais, o Brasil conta atualmente com 34,1% da população, sobretudo a de menor rendimento, protegida com algum mecanismo de garantia de renda, o que se constitui algo inédito em relação aos outros períodos de forte desaceleração econômica no país.

## DESACELERAÇÃO ECONÔMICA E MERCADO DE TRABALHO METROPOLITANO

Desde a crise da dívida externa em 1981-83 o Brasil não havia voltado a percorrer um período mais longo de expansão dos investimentos como o verificado entre 2004 e 2008. Mas, no último trimestre de 2008,

a evolução dos investimentos sofreu uma importante inflexão como decorrência da contaminação da economia brasileira pela crise internacional.

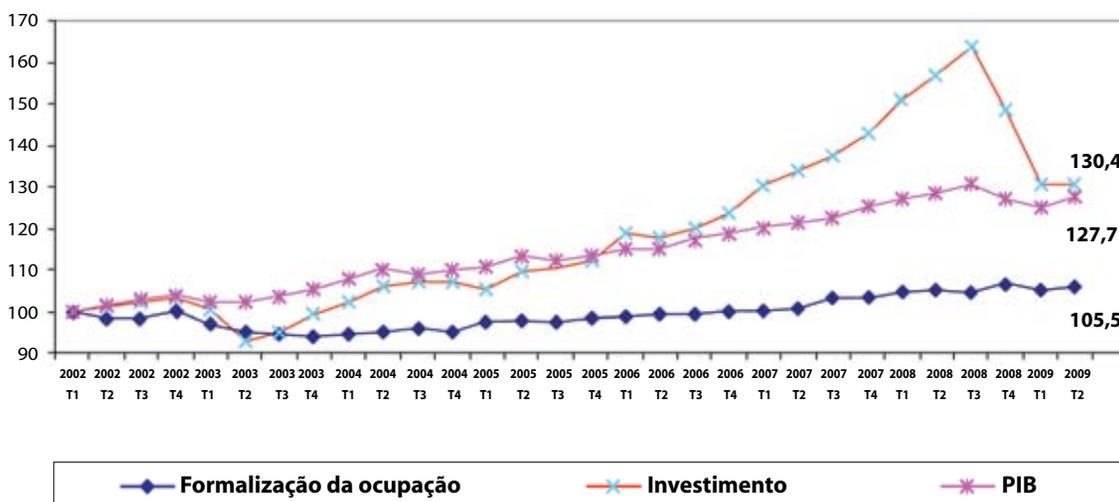
O resultado foi a queda no comportamento do Produto Interno Bruto, colocando em xeque, inclusive, a trajetória positiva de expansão combinada dos investimentos e da produção com o avanço social. Isso pode ser observado, por exemplo, pela forte ampliação na formalização na década de 2000 do total das ocupações, salvo na recessão econômica recente.

Os indicadores de ocupação total e desemprego apresentaram piora a partir do segundo semestre de 2008. A partir do fim do primeiro trimestre de 2009, contudo, percebem-se sinais importantes de recuperação. O comportamento do salário médio real, por exemplo, manteve leve efeito negativo na crise no início de 2009, para se recuperar a partir daí.

Como se pode perceber, a inflexão na dinâmica econômica nacional recente trouxe impactos não homogêneos por regiões, setores e perfil populacional. Por efeito sazonal, o quarto trimestre de cada ano tende a registrar as melhores condições quantitativas de em-

GRÁFICO 8

Brasil – Índice de evolução trimestral do Produto Interno Bruto dos investimentos e da formalização das ocupações nas seis regiões metropolitanas desde 2002



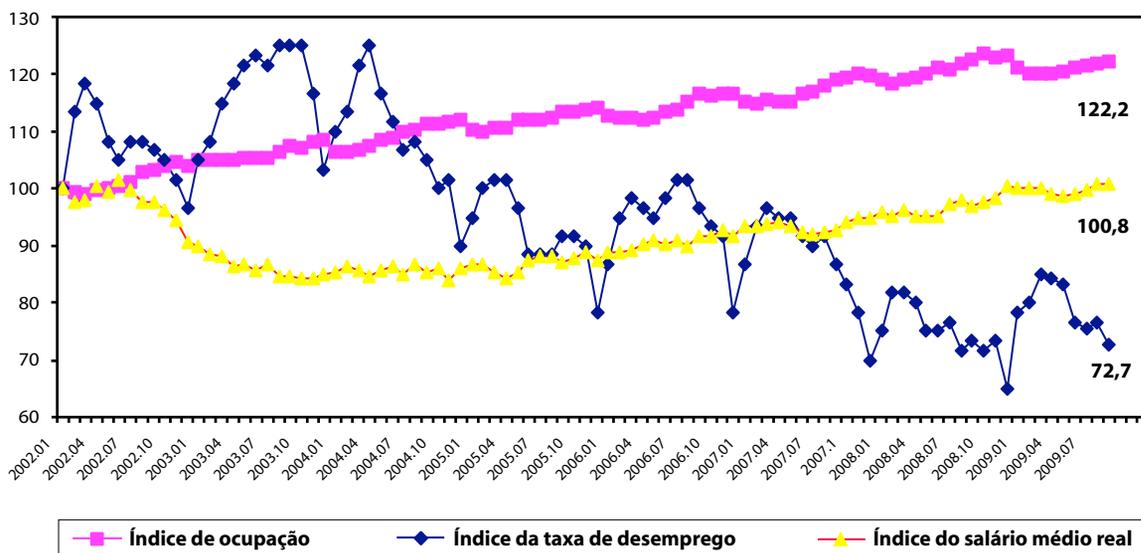
Fonte: IBGE – PME e Contas Nacionais (elaboração Ipea)

prego da mão-de-obra, enquanto o primeiro trimestre apresenta situação inversa.

De fato, o comportamento do mercado de trabalho nas metrópoles brasileiras

Em virtude dessa importante modificação na trajetória do desemprego, apresenta-se brevemente um conjunto de informações relevantes sobre as principais consequências

**GRÁFICO 9**  
**Brasil metropolitano – Índice de evolução da ocupação, da taxa de desemprego e do salário médio real desde 2002**



Fonte: IBGE – PME (elaboração Ipea)

somente teve interrompida a tendência de queda do desemprego verificada entre fevereiro e dezembro do ano passado a partir do mês de janeiro de 2009. Até maio desse ano, as condições de emprego da mão-de-obra agravaram-se consideravelmente, com elevação do desemprego acima do constatado durante o mesmo período de 2008.

Entre dezembro de 2008 e março de 2009, a quantidade de desempregados no Brasil metropolitano aumentou 33,1% (516 mil trabalhadores). No mesmo período do ano passado, o número de desempregados tinha crescido 13,9% (236 mil trabalhadores).

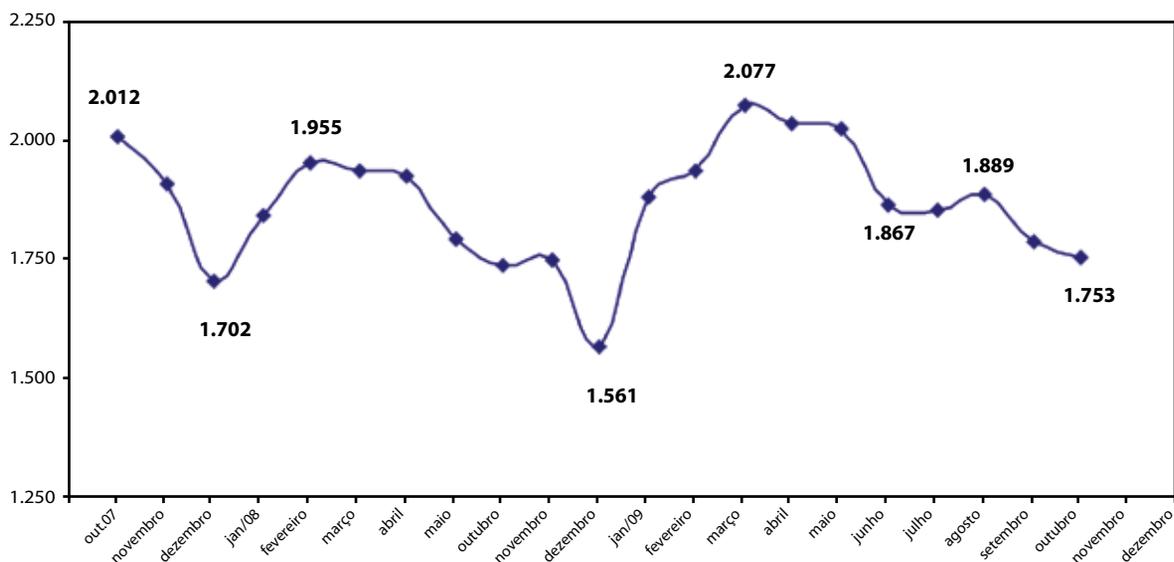
Mas, desde março de 2009, o número de desempregados vem caindo. No mês de outubro, as seis principais regiões metropolitanas registraram 1,753 milhão de trabalhadores sem ocupação, ou seja, 324 mil a menos (-15,6%).

recentes da crise internacional para o mercado de trabalho metropolitano.

## Oferta e demanda de trabalhadores nas metrópoles brasileiras

No trimestre de março-maio de 2009 em comparação com o trimestre de março-maio de 2008, as seis principais regiões metropolitanas brasileiras incorporaram 505 mil novas pessoas no total da População em Idade Ativa (PIA). Desse universo, 250 mil pessoas assumiram a condição de inatividade (sem procurar ou realizar algum trabalho) e 255 mil ingressaram no mercado de trabalho como População Economicamente Ativa (PEA).

**GRÁFICO 10**  
**Brasil metropolitano – Evolução mensal dos desempregados (em mil)**



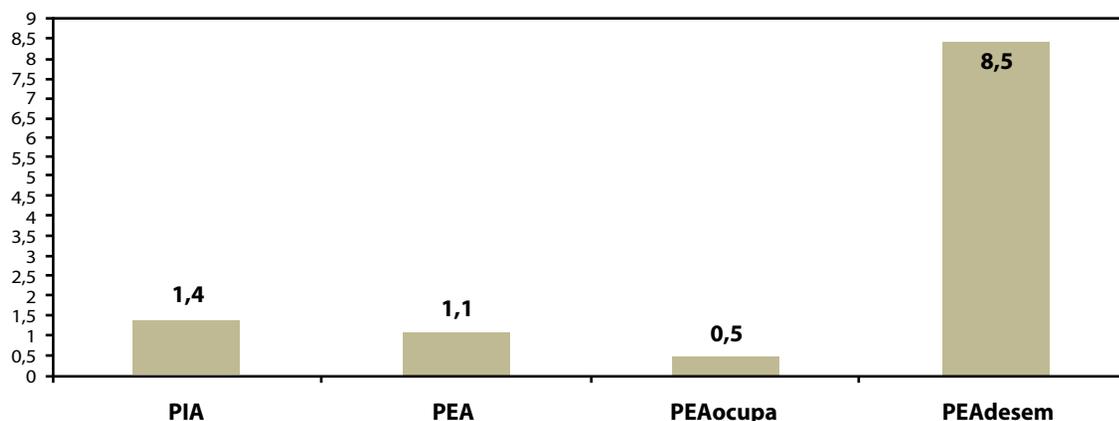
Fonte: IBGE/PME (elaboração própria)

Com isso, a expansão da PEA foi de 1,1%, ou seja, 21,4% inferior ao crescimento da PIA. Assim, a taxa de participação, que era 62,2% entre março e maio de 2008, decresceu levemente para 62,1% entre março e maio de 2009, evitando ainda uma maior pressão na oferta de

mão-de-obra sobre o total de postos de trabalho gerados.

Do total de 255 mil pessoas que ingressaram no mercado de trabalho no trimestre de março-maio de 2009, somente 95 mil (37,2%) obtiveram algum tipo de ocupação. A parte restante de trabalhadores (160

**GRÁFICO 11**  
**Brasil metropolitano – Evolução da População em Idade Ativa (PIA), da População Economicamente Ativa (PEA) ocupada e desempregada entre março-maio de 2008 e 2009 (em %)**



Fonte: IBGE/PME (elaboração própria)

mil pessoas) tornou-se, em consequência, desempregada (62,8% do total de ingressantes no mercado de trabalho).

Dos novos desempregados, 62,6% (100 mil pessoas) tinham entre 24 e 39 anos de idade, 20,5% (33 mil pessoas) encontravam-se na faixa de 40 a 55 anos de idade, 12,3% (19 mil pessoas) estavam com mais de 55 anos de idade e 4,9% tinham menos de 24 anos de idade. Para o caso dos 95 mil trabalhadores que conseguiram alguma ocupação, 128 mil novas vagas foram para quem tinha de 40 a 55 anos de idade e 124 mil postos de trabalho para pessoas de mais de 55 anos de idade. As faixas etárias com menos de 24 anos e de 24 a 39 anos de idade registraram diminuição no nível de ocupação, 124 mil e 12 mil postos de trabalho, respectivamente.

Ainda em relação às 95 mil novas vagas abertas no mercado de trabalho das principais metrópoles brasileiras, observa-se a expansão somente do emprego assalariado formal. Entre os assalariados, o saldo de emprego gerado no mesmo período de tempo foi de 173 mil vagas, sendo o aumento de 199 mil ocupações formais e da queda de 61 mil vagas informais.

As ocupações não assalariadas, como autônomo, conta própria e empregador, por

exemplo, registraram queda no total dos postos de trabalho. Ou seja, com fechamento líquido de 42 mil ocupações não assalariadas no mesmo período de tempo.

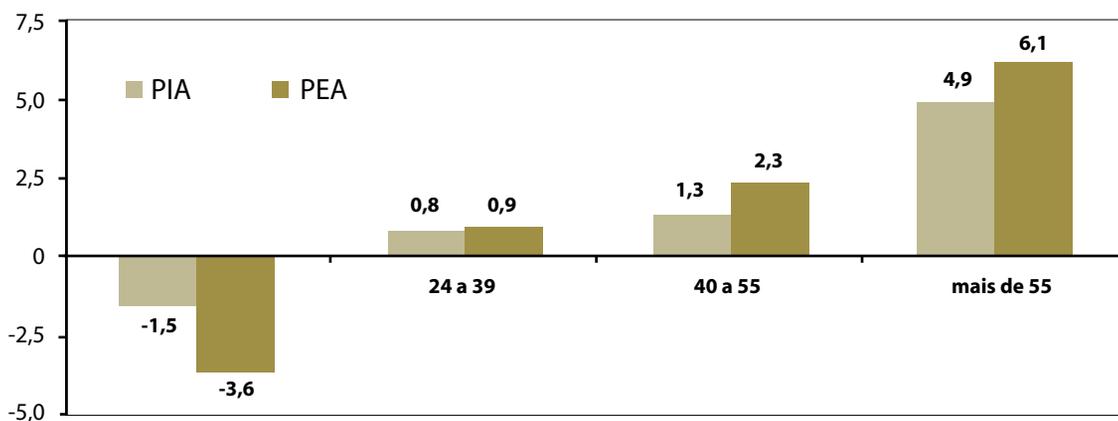
## Comportamento da ocupação e do desemprego nas metrópoles brasileiras

Seguindo a distribuição da força de trabalho por faixa etária, percebem-se comportamentos muito distintos em relação à ocupação e ao desemprego. No trimestre de março-maio de 2009 em comparação com o mesmo período de 2008, nota-se a contração da PIA e PEA para a faixa etária de 15 a 23 anos de idade, de -1,5% e -3,6%, respectivamente.

Para as demais faixas etárias houve expansão tanto da PIA como da PEA. Para os trabalhadores com mais de 55 anos de idade, a expansão da PIA (4,9%) e a da PEA (6,1%) foram as mais significativas para o mesmo período de tempo considerado.

Diante do diferencial de comportamento na força de trabalho segundo a distribuição por faixas etárias nas seis principais regiões

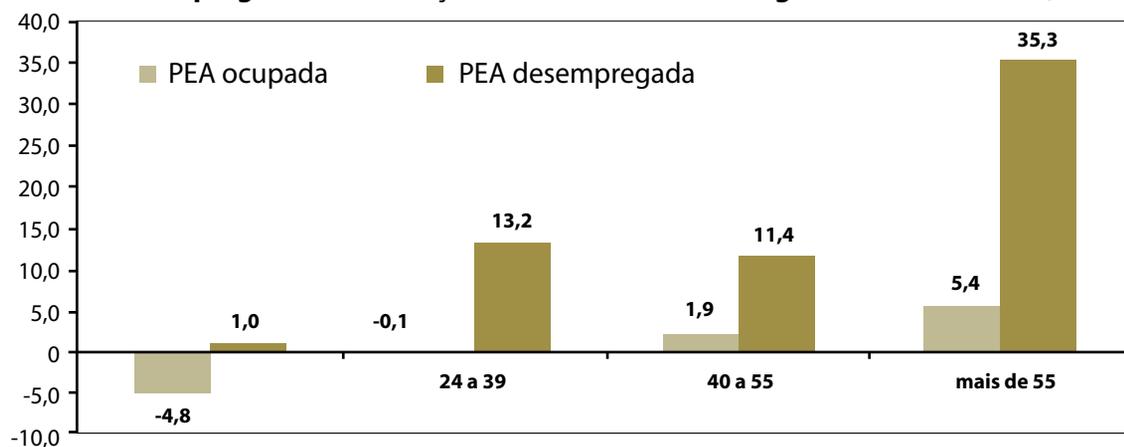
**GRÁFICO 12**  
**Brasil metropolitano – Evolução da População em Idade Ativa (PIA)**  
**e da População Economicamente Ativa (PEA) entre março-maio de 2008 e 2009**  
**segundo faixas etárias (em %)**



Fonte: IBGE/PME (elaboração própria)

**GRÁFICO 13**

**Brasil metropolitano – Evolução da População Economicamente Ativa ocupada e desempregada entre março-maio de 2008 e 2009 segundo faixas etárias (em %)**



Fonte: IBGE/PME (elaboração própria)

metropolitanas brasileiras, constata-se que a ocupação foi reduzida para os trabalhadores com até 39 anos de idade e aumentada para a população com idade de 40 anos e mais.

## AJUSTE NO MERCADO DE TRABALHO METROPOLITANO NA CRISE INTERNACIONAL

Desde a contaminação da economia brasileira pela crise internacional, a partir

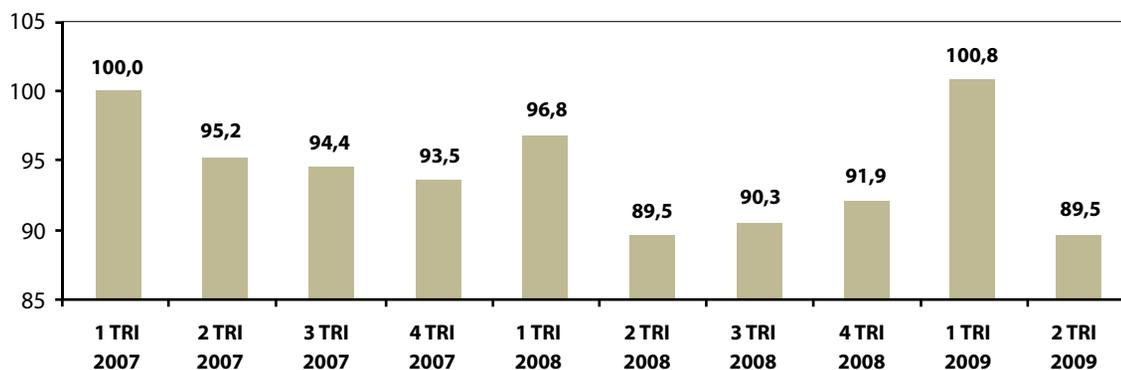
do último trimestre de 2008, o mercado de trabalho no Brasil metropolitano apresentou importantes sinais. Os principais são recuperados a seguir.

O primeiro deles percebe-se pelo comportamento da participação relativa do rendimento do trabalho dos ocupados nas seis principais regiões metropolitanas em relação à renda nacional. Durante o último trimestre de 2008 e o primeiro de 2009, por exemplo, o rendimento do trabalho cresceu relativamente às demais rendas durante a recessão nacional.

De certa forma, observa-se que a queda no comportamento do PIB implicou maior

**GRÁFICO 14**

**Brasil metropolitano – Participação dos salários na renda nacional (em %)**



Fonte: IBGE/PME (elaboração própria)

prejuízo às rendas da propriedade (lucros, juros, aluguéis, renda da terra) do que para o rendimento do trabalho. No primeiro trimestre de 2009, o peso relativo do rendimento do trabalho na renda nacional foi 11,6% maior que no penúltimo trimestre de 2008.

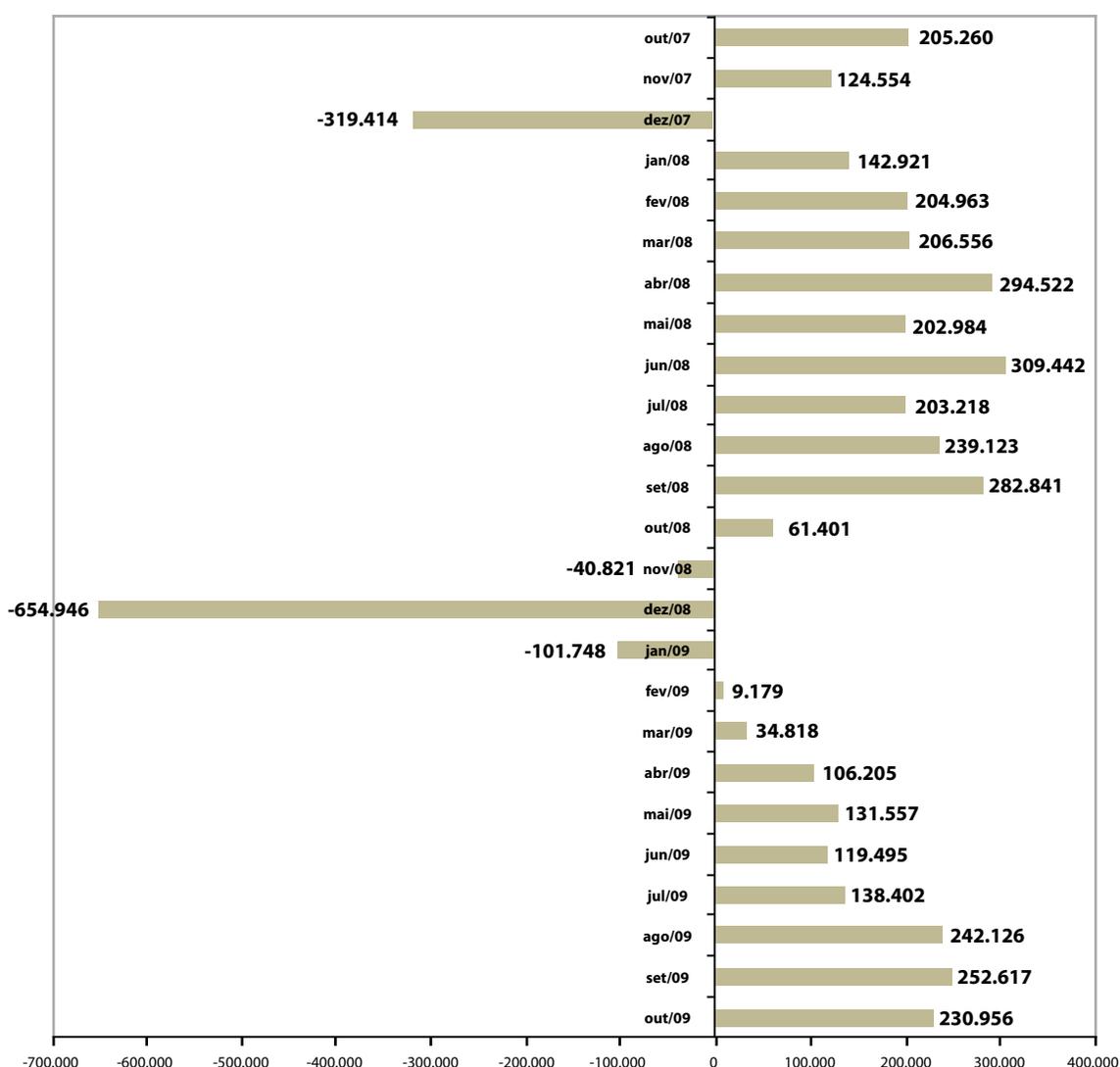
Para o mesmo período do ano anterior, o peso do rendimento do trabalho no primeiro trimestre de 2008 foi somente 2,5% superior ao penúltimo trimestre de 2007. Já no segundo trimestre de 2009, com a recuperação da economia brasileira, a participação do

rendimento do trabalho na renda nacional foi 11,2% menor, enquanto, no mesmo período anterior, a queda foi de 7,5%.

Em outras palavras, a queda na taxa de lucro durante a recessão ocorreu paralelamente à expansão do rendimento do trabalho nas seis regiões metropolitanas brasileiras. Com a recuperação dos lucros, a partir do segundo trimestre de 2009, o peso relativo dos salários voltou a se reduzir.

Também em relação ao emprego formal, observa-se uma importante recuperação

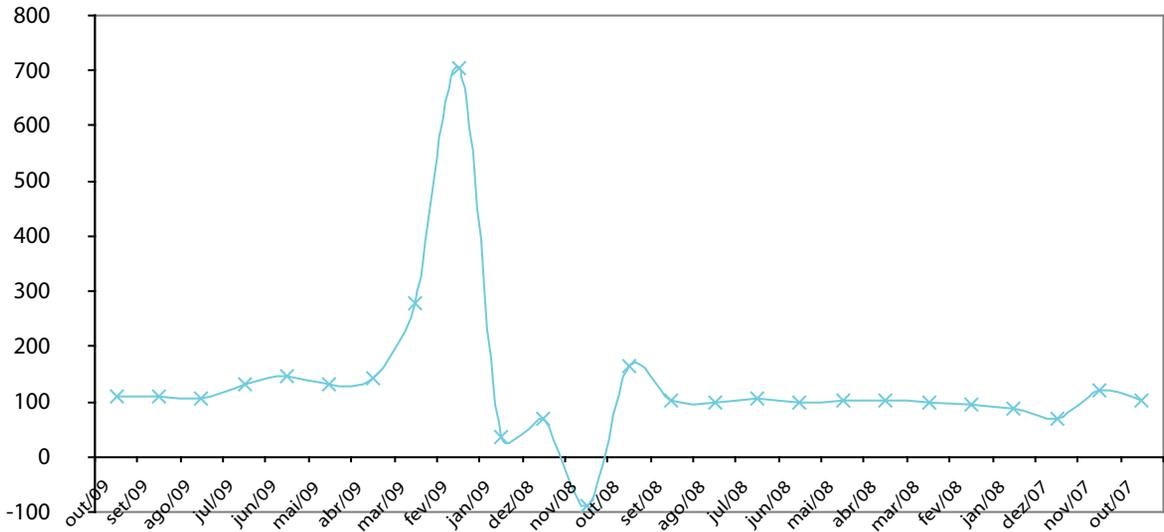
**GRÁFICO 15**  
**Brasil – Evolução mensal do saldo do emprego formal**



Fonte: MTE/Caged (elaboração própria)

**GRÁFICO 16**

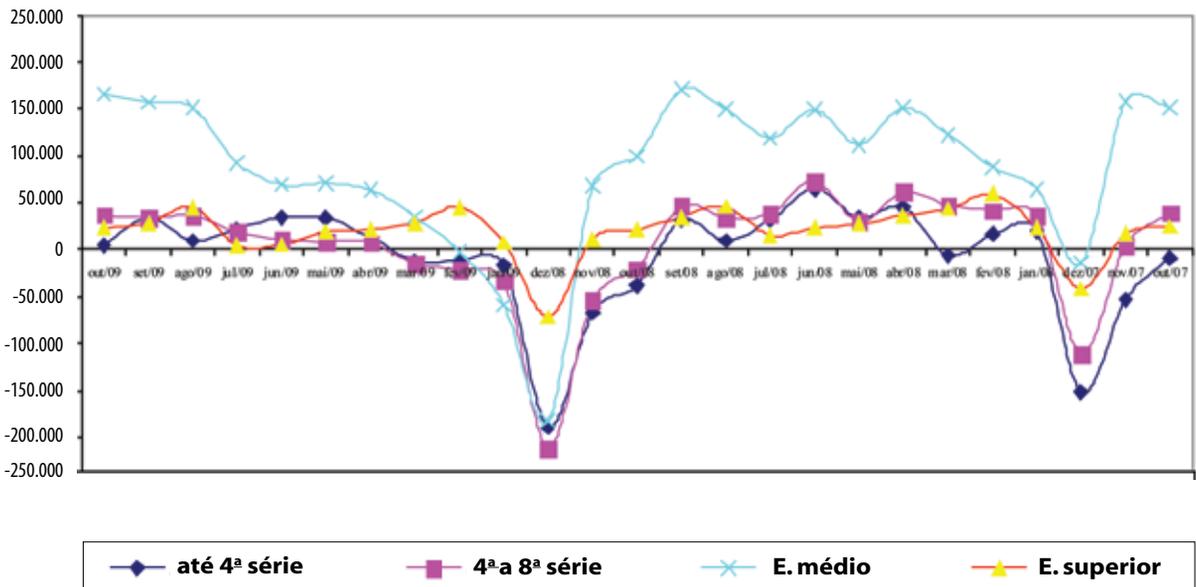
**Brasil – Participação no saldo total mensal dos empregos formais das ocupações de até dois salários mínimos mensais (em %)**



Fonte: MTE/Caged (elaboração própria)

**GRÁFICO 17**

**Brasil – Evolução do saldo do emprego formal segundo escolaridade dos ocupados**



Fonte: MTE/Caged (elaboração própria)

após somente três meses de queda. Onze meses após a inflexão do emprego formal, o Brasil voltou a registrar ritmo de expansão equivalente ao verificado até antes da crise internacional.

A perda no total de emprego formal ocorreu em todos os níveis de remuneração, embora mais fortemente nas mais altas faixas de rendimento. Para quem recebe até dois salários mínimos mensais, por exemplo, somente o mês de novembro de 2008 teve queda no saldo entre geração e destruição de postos de trabalho.

A saída da crise internacional representou para o mercado de trabalho nacional a maior expressão de ocupações formais concentradas em até dois salários mínimos mensais. Nesse sentido, o ajuste no interior do mercado de trabalho metropolitano foi mais pelo preço da contratação da mão-de-obra do que pela quantidade de trabalhadores ocupados.

Se considerado o perfil das ocupações geradas, descontadas as vagas destruídas, nota-se que o ajuste no mercado de trabalho transcorreu fundamentado nos trabalhadores de menor escolaridade. Especialmente

aqueles com escolaridade entre quatro e oito anos de estudos. Já para os trabalhadores com escolaridade superior, a queda foi muito menor.

Em relação à faixa etária, percebe-se que a evolução do emprego formal durante a crise ocorreu mais forte para os trabalhadores entre 25 e 49 anos de idade. Os trabalhadores com mais idade terminaram sendo menos atingidos pelos efeitos da crise internacional no Brasil.

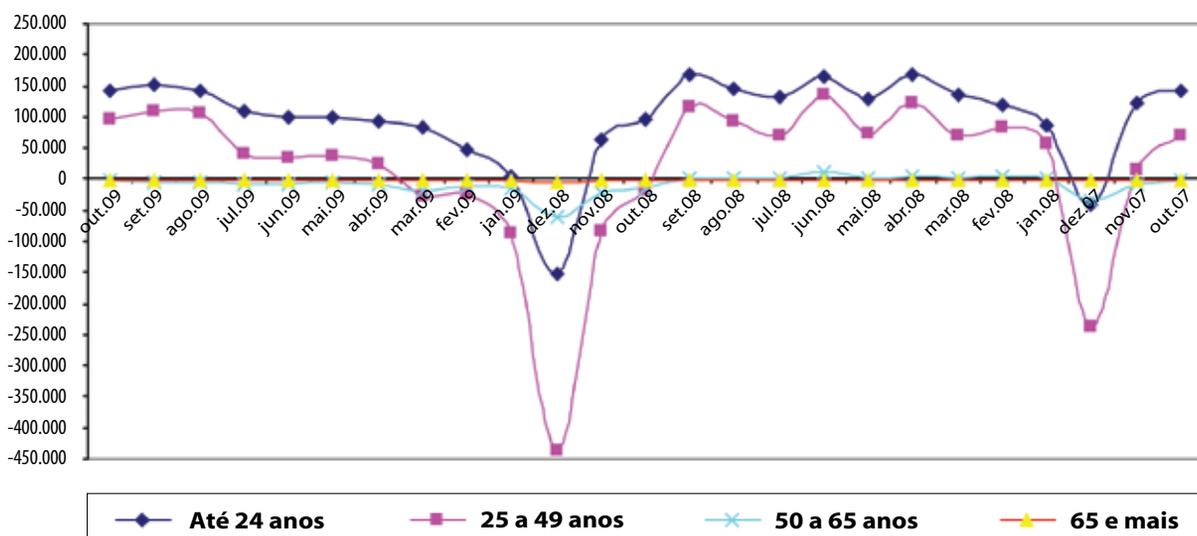
Para o segmento etário de até 24 anos de idade, também houve queda importante durante a recessão econômica, porém a recuperação não se deu mais rápido do que os outros segmentos da força de trabalho. Dois meses de recuperação econômica foram suficientes para retomar a composição do emprego formal pré-crise.

No quesito gênero, o ajuste no mercado de trabalho formal se deu concentrado entre os trabalhadores masculinos. As mulheres também foram afetadas, porém em ritmo e período inferior.

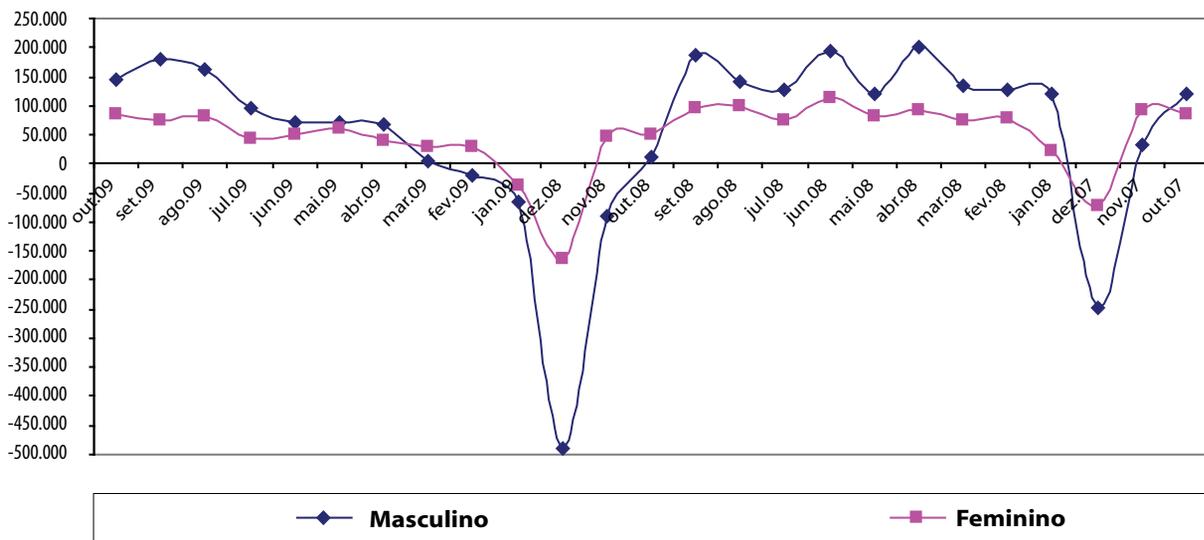
Também as mulheres recuperaram o ritmo dos empregos formais pré-crise mais

**GRÁFICO 18**

**Brasil – Evolução do saldo do emprego formal segundo faixa etária dos ocupados**



Fonte: MTE/Caged (elaboração própria)

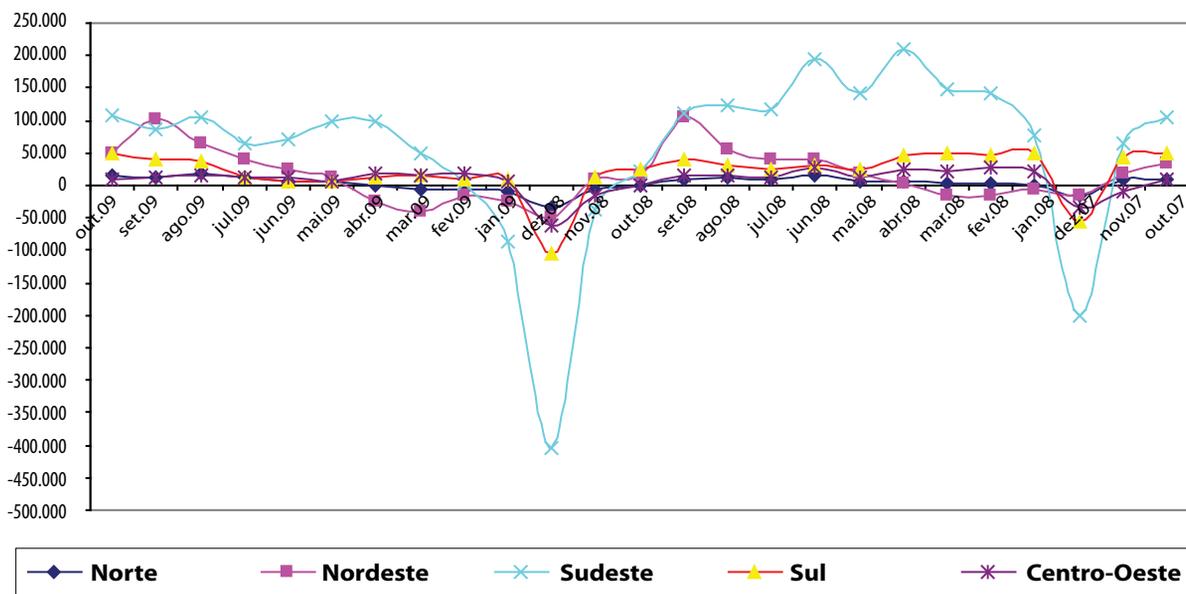
**GRÁFICO 19****Brasil – Evolução do saldo do emprego formal segundo o sexo dos ocupados**

Fonte: MTE/Caged (elaboração própria)

rapidamente que os homens. Mas, a partir do quarto mês pós-crise, o emprego masculino cresceu mais rapidamente.

Entre as grandes regiões geográficas, nota-se que a Região Sudeste foi a mais

afetada, seguida da Região Sul. As regiões menos industrializadas terminaram com o comportamento do mercado de trabalho menos atingido, como no caso das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

**GRÁFICO 20****Brasil – Evolução do saldo do emprego formal segundo grandes regiões geográficas dos ocupados**

Fonte: MTE/Caged (elaboração própria)

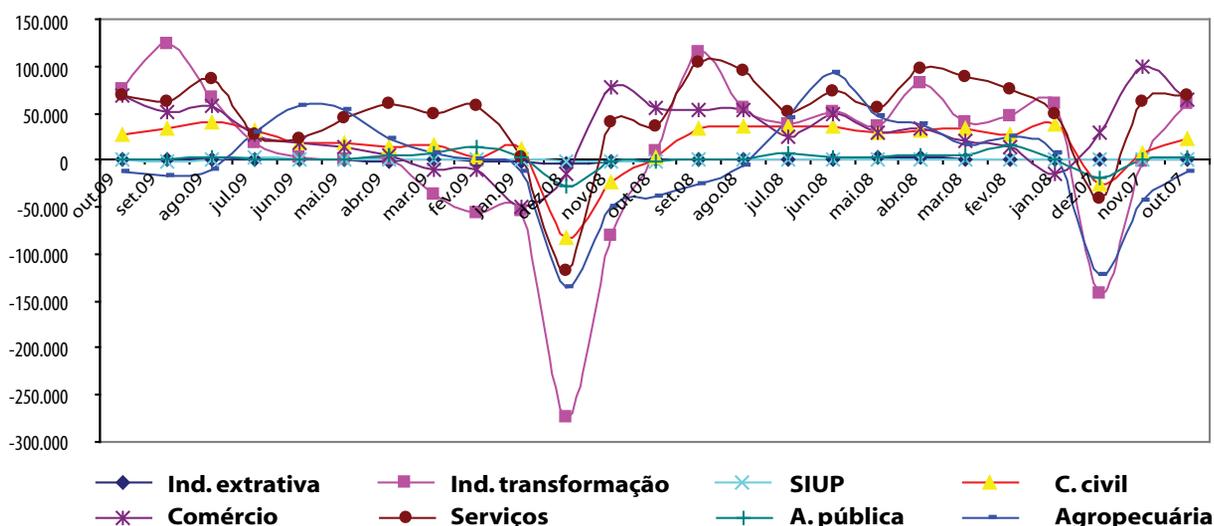
Todavia, a saída da crise internacional no Brasil foi mais estimulada pelo comportamento do mercado de trabalho da região Sudeste. Embora mais lenta, a recuperação econômica no Sudeste terminou sendo geradora de forte expansão do emprego formal.

Por fim, segundo os setores de atividade econômica, constata-se que a indústria

internacional no Brasil. Essa alteração no comportamento do mercado de trabalho não se mostrou equivalente para toda a classe trabalhadora, tampouco registrou os mesmos sinais percebidos durante outras crises econômicas pronunciadas desde o último quartel do século XIX.

Os trabalhadores industriais foram os

**GRÁFICO 21**  
**Brasil – Evolução do saldo do emprego formal segundo setor de atividade econômica dos ocupados**



Fonte: MTE/Caged (elaboração própria)

terminou sendo a mais afetada durante a crise internacional. Como é o setor que tem os empregos com as melhores condições de trabalho, em geral, com forte ocupação do sexo masculino e de jovens, estes terminaram sendo os segmentos da força de trabalho que mais sentiram a crise internacional.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A inflexão no comportamento geral do mercado de trabalho a partir do último trimestre de 2008 foi reflexo direto da crise

mais afetados recentemente, assim como os de sexo masculino e mais jovens. Os ocupados de maior remuneração acusaram mais rapidamente e por mais tempo os efeitos nefastos da crise no Brasil.

Com o desempenho diferenciado no interior do mercado de trabalho e considerando o impacto positivo do conjunto das políticas públicas para os trabalhadores de menor remuneração, percebe-se que a pobreza nas seis regiões metropolitanas seguiu a tendência de queda desde abril de 2004. Ou seja, a recessão não foi suficiente para interromper o movimento de redução na taxa de pobreza anterior à própria crise internacional.

Em função disso, observa-se que o comportamento do mercado de trabalho na crise recente se deu diferenciadamente do verificado em períodos similares anteriores. Nas recessões de 1982-83 e de 1989-90, por exemplo, houve forte aumento da pobreza no Brasil metropolitano. Mesmo que a taxa de pobreza das regiões metropolitanas não tenha se elevado tanto como nos períodos recessivos, também se registra que a desaceleração ocorrida entre 1998 e 1999 causou perdas importantes na base da pirâmide social.

A diferente natureza da crise recente, seguida de políticas sociais de novo tipo, terminou impedindo que os mais pobres sofressem os principais efeitos do ajuste no mercado de trabalho. A elevação do valor real do salário mínimo e a existência de uma rede de garantia de renda aos pobres contribuíram decisivamente para que a base da pirâmide social não fosse a mais atingida, ao contrário do observado em períodos anteriores de forte desaceleração econômica no Brasil.